



PROCESSO Nº : 199.225-2/2025 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : PENSÃO POR MORTE
UNIDADE : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADO(A) : NORMANDINA KOLOSWSKI TELO
RELATOR : CONSELHEIRO CAMPOS NETO

PARECER Nº 3.338/2025

EMENTA: PENSÃO POR MORTE. MATO GROSSO PREVIDÊNCIA. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DA ATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2025/MTPREV, PELA LEGALIDADE DA PLANILHA DE PROVENTOS, BEM COMO O APENSAMENTO AOS AUTOS N. 20.330-0/2010, 218979/2012 E 184675/2015.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato concessório que reconheceu o direito à **Pensão por Morte**, em **caráter vitalício**, a Sra. **NORMANDINA KOLOSWSKI TELO**, inscrita no CPF n. 775.417.401-44, **cônjuge**, em razão do falecimento do Sr. **LUIZ CARLOS TELO**, CPF n. 126.510.520-00, aposentado no cargo de Agente de Tributos, Classe "C", Nível "005", lotado na Secretaria de Estado de Fazenda, nesta capital.

2. Os autos foram encaminhados para conhecimento da Secretaria de Controle Externo, que se manifestou pelo **registro** da **Ato Administrativo nº 67/2025/MTPREV**, bem como a legalidade da planilha de proventos e o apensamento aos autos nºs 20.330-0/2010, 218979/2012 e 184675/2015.

3. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial. É





o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

4. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 71, III, c/c art. 75, conferiu aos Tribunais de Contas a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, sendo de sua atribuição, portanto, cancelar o ato administrativo, por natureza complexo.

5. Nesse teor, verifica-se que a Pensão por Morte foi deferida com base no artigo 140-C da Constituição Estadual, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 92, publicada no Diário Oficial do Estado de 21.08.2020, c/c os artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar n.º 721, de 01 de abril de 2022, bem como com o artigo 16, inciso I, artigo 74, inciso I, artigo 77, § 2º, § 2º-B da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, c/c o artigo 1º, inciso VI, e artigo 2º da Portaria ME n.º 424, publicada no Diário Oficial da União de 30.12.2020, c/c o artigo 252 da Lei Complementar n.º 04, de 15 de outubro de 1990, com a redação que lhe fora atribuída pela Lei Complementar n.º 524/2014, e tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 2025.7.00558, do Mato Grosso Previdência, sendo esta a fundamentação legal pertinente ao caso.

6. Ressai dos autos que os requisitos constitucionais e legais para a pensão foram preenchidos. Verifica-se que o(a) requerente pode ser enquadrado(a) na categoria dos dependentes **vitalícios**, porquanto tratar-se de **cônjuge**. Ademais, consta dos autos o documento comprobatório do vínculo entre o(a) dependente e o(a) servidor(a) falecido(a), **certidão de**





casamento com anotação de óbito, conforme doc. digital nº 590395/2025, pág. 25

7. Do exposto, conclui-se que o(a) requerente possui direito ao benefício, razão pela qual este *Parquet* se manifesta pelo seu registro.

8. Destaca-se que a Secex procedeu a análise do valor dos proventos e considerou que o valor total informado nos autos (fl. 35 do doc. Digital nº 590395/2025) encontra-se dentro da legalidade.

3. CONCLUSÃO

9. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se pelo Registro do Ato Administrativo nº 67/2025/MTPREV**, bem como a legalidade da planilha de proventos e o apensamento aos autos nºs 20.330-0/2010, 218979/2012 e 184675/2015.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 17 de setembro de 2025.

(assinatura digital)¹
GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

1 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

